

ROTAVÍRUS

GASTROENTERITE ROTAVÍRICA É A MAIS COMUM EM CRIANÇAS ATÉ AOS CINCO ANOS

Vacina pode evitar 96 por cento dos internamentos infantis

Vacina é eficaz na prevenção de gastroenterite rotavírica grave em 90 por cento dos casos, mas continua sem participação do Estado nem faz parte do Plano Nacional de Vacinação

Leila Santinha

A gastroenterite por rotavírus, que provoca quadros clínicos de vómitos e diarreia, e nos casos mais severos pode ser fatal, é a patologia mais comum de gastroenterite nas crianças dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Estima-se que anualmente morram, a nível mundial, 700 mil crianças e só na Europa registam-se 3,6 milhões de episódios de gastroenterite rotavírica em crianças até aos cinco anos.

Tendo em conta as evidências científicas, a Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), ontem reunida em Lisboa com especialistas internacionais, revelou a recomendação europeia de que sejam vacinadas todas as crianças com menos de cinco anos.

"HÁ DUAS DÉCADAS QUE NÃO MORREM CRIANÇAS"

Apesar dos números, Henedina Antunes, da SPP, salientou que "há duas décadas que não morrem crianças em Portugal" devido a casos severos de gastroenterite rotavírica, acrescentando que só uma em cada 98 crianças



Actualmente existem no mercado duas vacinas anti-rotavíricas, ambas sem participação do Estado

portuguesas é internada, ao passo que a média europeia é de uma em cada 54, "o que mostra também o cuidado dos médicos nacionais em evitar contágios".

O presidente do Grupo Protect, Carlo Giaquinto, sublinhou que apesar da taxa de mortalidade ser praticamente inexistente em Portugal, "esta não é uma patologia irrelevante" e com "o grande avanço que foi o surgimento da vacina" é agora "possível melhorar a vida das crianças, famílias e País". Este foi o ponto de partida para o trabalho realizado a nível europeu e cujas recomendações foram agora apresentadas: vacinação anti-rotavírus de todas as crianças na Europa.

Como explicou Luís Januário, "vamos defender uma vacina universal" e um dos pressupostos importantes para esta posição é o facto de mesmo nos países mais desenvolvidos se continuar a ve-

rificar o impacto do rotavírus. "Mesmo na Europa, onde as formas de tratamento são seguidas correctamente, o impacto do rotavírus continua e isso justifica o interesse da vacina", disse o presidente da SPP, acrescentando que tal acontece porque a "infecção do rotavírus não está ligada à melhoria dos cuidados de higiene e sanitários". Giaquinto explicou ainda que este é um "vírus democrático, que afecta ricos e pobres" e que se "pode diminuir a mortalidade mas não se pode reduzir a incidência", tanto que "até aos cinco anos, quase todas as crianças são, serão ou foram infectadas".

Dados sobre consultas nas unidades de saúde ainda não estão recolhidos, mas é possível já verificar que, ao nível da Linha Saúde 24, "das 180.416 crianças com menos de cinco anos", cuja situação motivou um telefonema

para a linha de apoio, "6,1 por cento sofriam de gastroenterite aguda (diarreia), e se juntarmos o sintoma de vómitos, esse número aumenta para 15,7 por cento", ou seja, "uma em cada 17 crianças" é afectada por gastroenterite aguda.

Henedina Antunes salientou ainda que "não são os infantários a maior fonte de risco de contágio", pois esse perigo verifica-se sempre que estão muitas crianças juntas, coisa que pode acontecer também em crianças que ficam com amas. A especialista referiu também o impacto sócio-económico desta patologia, visto que o "custo do internamento num hospital central é de 2500 euros". As mães com filhos doentes perdem em média sete dias de trabalho e cerca de 2447 euros de vencimentos. Esta situação pode ser eficazmente evitada, com recurso à vacina anti-rotavírica, que poderia diminuir

em 2,4 milhões de euros os gastos directos.

VACINAS EFICAZES MAS SEM COMPARTICIPAÇÃO

Escusando-se a dizer se a recomendação da SPP será da integração da vacina no Plano Nacional de Vacinação (PNV), Luís Januário limitou-se a dizer que "a SPP tem uma posição científica" e que o objectivo não é pressionar os poderes públicos mas apresentar dados para que as autoridades tomem as "medidas que entenderem necessárias".

Actualmente, há duas vacinas no mercado: Rotarix (duas doses de 80 euros cada) e Rotatec (três doses a 60 euros cada). Nenhuma delas é comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde, apesar de comprovada a alta eficácia da vacina na prevenção dos casos mais graves de gastroenterite por rotavírus, podendo os internamentos ser evitados em 96 por cento dos casos. No entanto, mesmo sem a comparticipação do Estado, e apesar dos elevados preços, tendo em conta o "número de vacinas vendidas, pensa-se que 25 por cento dos pais já compraram". Até agora, não há nenhum estudo nacional que apresente resultados concretos, uma situação prestes a mudar visto que a Sociedade Portuguesa de Pediatria está a organizar um estudo que irá arrancar a 1 de Outubro de 2008 e vai decorrer até 30 de Setembro de 2009. A recolha nacional de dados será feita em 11 hospitais e irá avaliar crianças com menos de cinco anos que recorram aos serviços de urgência com casos de gastroenterite aguda.



sociedade

Rotavírus

**Vacina pode evitar
96 por cento dos
internamentos**

Pág. 10